



MENSAGEM Nº 034/2019

LIDO EM SESSÃO DE 23 / 04 / 19.  
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):  
 Justiça e Redação  
 Finanças e Orçamento  
 Obras e Serviços Públicos  
 Cultura, Denominação e Ass. Social

\_\_\_\_\_  
Presidente  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente

**Excelentíssima Senhora Presidenta**

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho para a devida apreciação dessa insigne Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que **“revoga a Lei Municipal nº 5.313/2016, que declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueira (*Hevea Brasiliensis*), existente na Avenida Gessy Lever”**.

A medida proposta, oriunda do expediente administrativo nº 14.304/2016-PMV, destina-se a revogação da norma legal supra mencionada, que teve por objetivo a proteção do indivíduo arbóreo da espécie Seringueira (*Hevea Brasiliensis*), presente junto a portaria da empresa Unilever, na avenida Gessy Lever.

À época a atitude do Vereador autor da propositura, foi louvável e merecedora de aplausos, a proposta da forma como foi redigida foi aprovada e posteriormente sancionada, porém, por um equívoco na sua



## PREFEITURA DE VALINHOS

C.M.V.  
Proc. Nº 2573/19  
Fís. 02  
Resp. \_\_\_\_\_

elaboração, contraria os interesses públicos, tendo em vista que o corpo técnico do competente órgão municipal detectou que a espécie lá localizada, não é aquela indicada na propositura.

Muito embora tratar-se de um belo exemplar arbóreo, que merece ser cuidado, como tantos outros que a Prefeitura Municipal dá manutenção, não se trata de Seringueira (*Hevea Brasiliensis*).

Segundo vistoria realizada pela área técnica da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e posterior manifestação juntada ao expediente administrativo nº 14.304/2016, cópia em anexo, em verdade o indivíduo arbóreo lá existente é um *Ficus Elastica*, o que impõe a revogação da norma legal, por medida de ordem técnica e equívoco na sua elaboração, por não traduzir a verdade.

Os indivíduos arbóreos da espécie *Ficus Elastica* não necessitam de prévia autorização para corte, por se tratar de espécime exótica, cabe ressaltar que a aplicação do referido diploma legal ensejaria a ocorrência de atos ilegais, consequentemente inconstitucionais, na medida que protegem espécime diferente do que se encontra plantado no local apontado pelo autógrafo nº 66/2016, de autoria desta Egrégia Casa de Leis.

Nada impede que referido exemplar de *Ficus Elastica* seja objeto de projeto de Lei específico que o torne imune ao corte, para isto, entretanto, o autógrafo proveniente desta Casa deve se basear sua justificativa nos termos previstos no art. 15 da Lei Municipal nº 3.868/2004, (localização, raridade, antiguidade, interesse histórico, científico, paisagístico ou porta sementes), o que de fato não ocorreu no Autógrafo nº 66/2016.

Em face do exposto, resguardando e enaltecendo a boa intenção na iniciativa do nobre Vereador sobre a matéria em questão, a Lei nº 5.313, de 14 de julho de 2016, merece ser revogada da forma como se apresenta, uma vez que contraria o interesse público vigente, na medida em que não se coaduma com a verdade fática existente.



**PREFEITURA DE  
VALINHOS**

C.M.V.  
Proc. Nº 2573/19  
Fls. 03  
Resp. [assinatura]

Em face da relevância da medida proposta, de justo, real e legítimo interesse público e pelos motivos expostos, solicito que a sua apreciação se faça em **regime de urgência**, na forma das disposições constantes do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Valinhos, plenamente justificada, de modo a possibilitar o desenvolvimento da Administração Pública.

Ante ao exposto, coloco-me à inteira disposição dessa lúdima Presidência para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, renovando, ao ensejo, os protestos de minha elevada consideração e declarado respeito.

Valinhos, 18 de abril de 2019

**ORESTES PREVITALE JÚNIOR**  
Prefeito Municipal

Anexo: a) manifestação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;  
b) Projeto de Lei.

Nº do Processo: 2573/2019

Data: 22/04/2019

Projeto de Lei n.º 88/2019

Autoria: ORESTES PREVITALE

Assunto: Revoga a Lei Municipal nº 5.313/2016, que declara imune ao corte a árvore da espécie *Seringueira Hevea Brasiliensis*), existente na Avenida Gessy Lever. Mens. 34/19)

À

Excelentíssima Senhora

**DALVA DIAS DA SILVA BERTO**

Presidente da Egrégia Câmara Municipal

Valinhos/SP

(VBM/PMB/pmb)



# PREFEITURA DE VALINHOS

C.M.V.  
Proc. Nº 2931/13  
Fis. 04  
Resp. JE

Fis. nº	Rubrica
Proc. nº/ano	CI-295-DTL

Ao Diretor da DiMA,

Atendendo à solicitação referente ao autógrafo nº 66/16, segue parecer:

14304/2016

As coordenadas fornecidas indicam tratar-se do exemplar arbóreo presente junto à portaria da Unilever, na Av. Gessy Lever (fotos abaixo).

Embora o autógrafo não atenda aos quesitos do artigo 15 da lei municipal 3.868/04 no que se refere à justificativa (localização, raridade, antiguidade, interesse histórico, científico, paisagístico ou portamentos) para que o exemplar arbóreo seja declarado imune, entendemos tratar-se de um belo exemplar arbóreo que merece ser cuidado.

Entretanto, a menos que estejamos nos referindo ao exemplar arbóreo errado, somos pelo veto do referido autógrafo por uma razão técnica: o exemplar arbóreo em questão é um *Ficus elastica* e não uma *Hevea brasiliensis*. (em anexo, características de ambas)

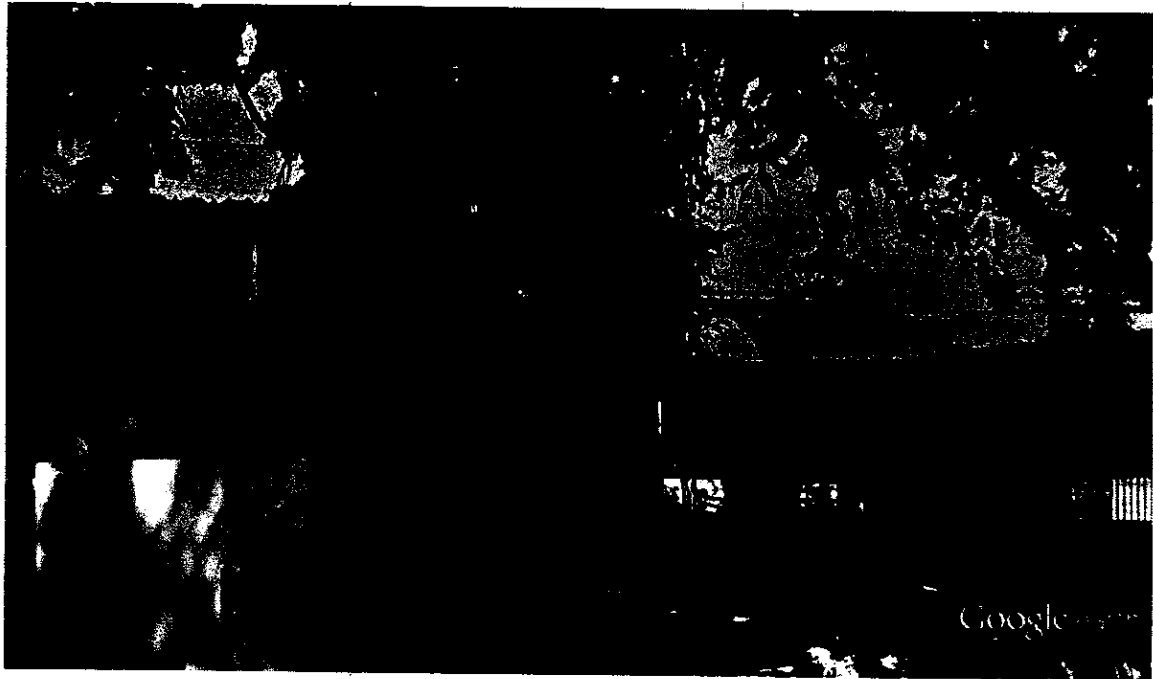




# PREFEITURA DE VALINHOS

1430412016

Fls. n°	Rubrica
Proc. n°/ano	CI 1.245/16 DTL



Google Earth

Sem mais

C.M.V.  
 Proc. Nº 2573/19  
 Fls. 05  
 Recp. [Signature]

Valinhos, 08 de Julho de 2016.

[Signature]  
 Eduardo Lazzaretti  
 Engenheiro Agrônomo  
 CREA 260357050-1

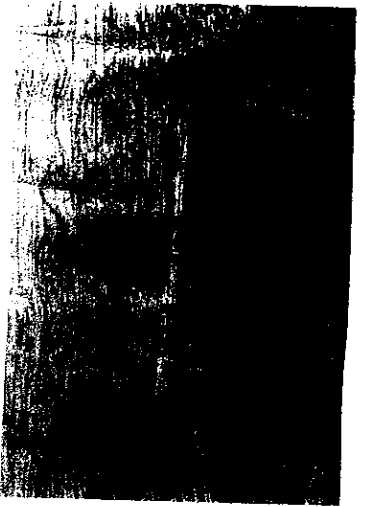
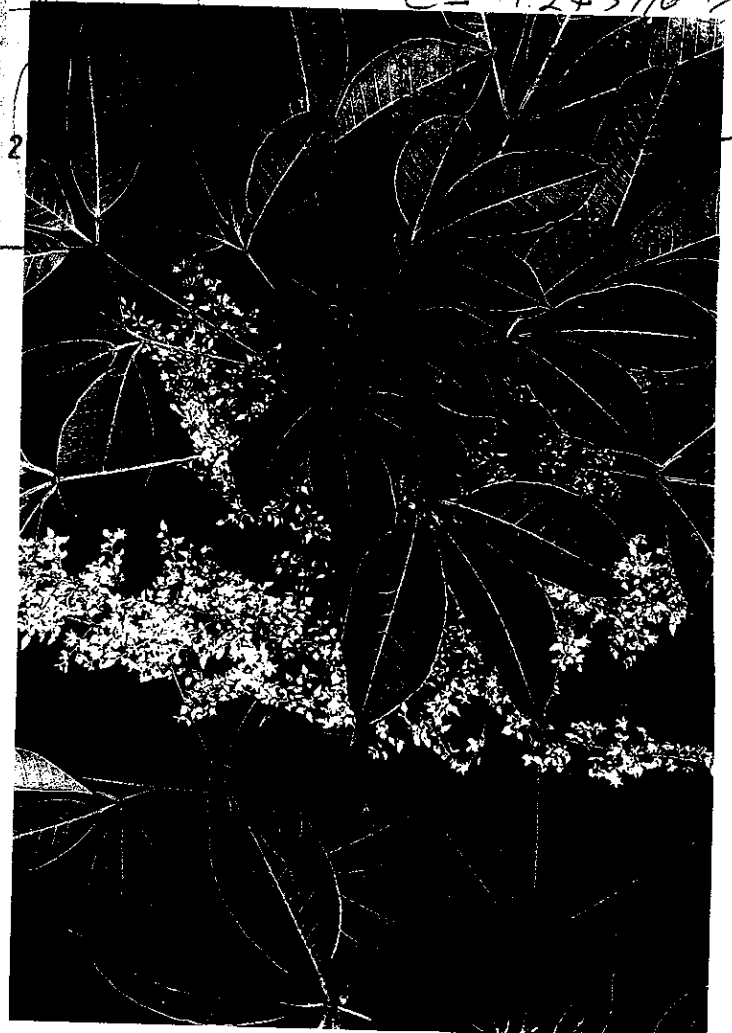
A(o) D M A  
 PARA OS DEVIDOS FINS  
 Div. M. A. 11/07/2016

*Encaminhar para o  
 requerente, para tomar  
 conhecimento.*

[Signature]  
 Eng° Simão Pedro de Aguiar  
 Diretor da Divisão do Meio Ambiente  
 CREA 5050096054

CI 1.275/16 D

14304/2



aeae  
gwi  
etiva  
iente  
uase  
as e  
e em  
ânea  
uando  
l para  
cência  
is. Um  
de em  
go que  
rgano-  
reirado  
taxa de  
ilagens  
ntas no

**Hevea brasiliensis** (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg.

Angiospermae - Euphorbiaceae

**Nomes populares** - seringueira, seringa, seringa-verdadeira, cau-chu, árvore-da-borracha, seringueira-preta (AC), seringueira-branca, seringueira-rosada  
**Sinonímia botânica** - *Siphonia brasiliensis* Willd. ex A. Juss., *Hevea jansoniensis* Müll. Arg., *Hevea randiana* Huber, *Hevea brasiliensis* var. *jansoniensis* (Müll. Arg.) Pax

**Características morfológicas** - Planta lactescente de 20-30 m de altura, com tronco de 30-60 cm de diâmetro, revestido por casca parda e escamosa. Folhas compostas trifolioladas, com folíolos elípticos a oblongo-elípticos, membranáceos e glabros. Flores amareladas, dispostas em panículas axilares. Fruto tricoca com deiscência explosiva.

**Ocorrência** - Região Amazônica, na margem de rios e lugares inundáveis da mata tropical úmida. Existem na floresta amazônica mais 11 espécies de "seringueira", todas do gênero *Hevea* e muito parecidas com essa.

**Madeira** - Leve (densidade 0,45 g/cm<sup>3</sup>), mole, de baixa durabilidade natural e de alburo indistinto.

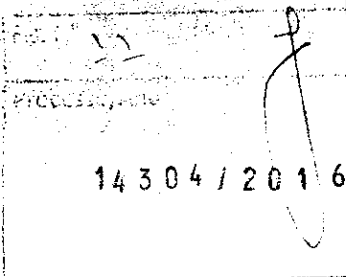
**Utilidade** - A madeira pode ser empregada para tabuado, forros e caixotaria. Seu maior valor reside no látex extraído de seu tronco, que é transformado em borracha de excelente qualidade; sua exploração representou no passado a maior atividade econômica da região, colocando o Brasil, durante muito tempo, como o único produtor e exportador desse produto. No século passado foram contrabandeadas suas sementes para a Ásia, onde se adaptou perfeitamente bem; a partir dessa época, vários países asiáticos passaram também a produzir e exportar borracha. As amêndoas (sementes) fornecem óleo secativo muito usado na indústria de tintas e vernizes.

**Informações ecológicas** - Planta semidecídua, heliófita ou esciófita, característica da floresta tropical amazônica de várzeas inundáveis e, em menor frequência, da floresta de terra firme. Ocorre preferencialmente em solos argilosos e férteis da beira de rios e várzeas. Produz anualmente grande quantidade de sementes viáveis.

**Fenologia** - Floresce a partir de agosto, prolongando-se até início de novembro. A maturação dos frutos ocorre no período de abril a maio.

**Obtenção de sementes** - Recolher as sementes no chão logo após sua queda espontânea. Um kg de sementes contém aproximadamente 260 unidades, cuja viabilidade em armazenamento é menor que 90 dias.

**Produção de mudas** - Colocar as sementes para germinar, logo que colhidas, em canteiros ou diretamente em recipientes individuais contendo substrato organo-arenoso, com a carúncula virada para baixo; cobri-las até a metade de sua altura com o substrato peneirado e irrigar duas vezes ao dia. A emergência ocorre em 20-40 dias e a taxa de germinação geralmente é alta. Transplantar as mudas dos canteiros para embalagens individuais quando alcançarem 4-6 cm, as quais ficam prontas para plantio no campo em 4-6 meses; no caso de se preparar mudas enxertadas, essa é a época de serem plantadas no viveiro de campo. O desenvolvimento das plantas no campo pode ser considerado de moderado a rápido.



14304/2016

31/19

07



### *us elastica* Roxb.

aceae - planta estudada: H. Lorenzi 4098 (HPL)

*Ficus warburgii* Galz., *Ficus duviveri* Hort.

**nes populares** - seringueira, seringueira-de-jardim

**acterísticas gerais** - árvore perenifólia, muito lactescente, 10-30 m de altura, originária da Ásia Tropical, de tronco tomoso com reintrâncias, revestido por casca lisa de cor o-escura e raízes aéreas pendentes, inclusive nos ramos, pos- tidade de formarem troncos secundários, além do ma rascular poderoso, com raízes superficiais tabulares.ragem vigorosa, formando copa globosa ampla. Folhas les, alternas, coriáceas, verde-brilhantes, com nervura al saliente, ovaladas ou ovalado-alongadas, de ápice agudo, 2-30 cm de comprimento dependendo da variedade. Frutos (nios) axilares, sésseis, dispostos aos pares, cilíndricos, de de 2 cm de comprimento, verde-amarelados, formados radicamente. Há diversas variedades, a mais frequente e mental é *decora* Hort. de folhas grandes, verdes luzidias, zeadas diversamente e as variegadas verde-amarelas ou e-brancas.

**iplicação** - multiplica-se por estacas e principalmente lporques.

i - árvore robusta e vigorosa, é adequada sivamente para plantio em parques. É usada ocasional dvertidamente arborizando ruas e avenidas. Possui abundante, outrora utilizado para produção de borracha, deu origem ao nome específico e popular. Planta muito a e de rápido crescimento, não aprecia o frio.





**PREFEITURA DE  
VALINHOS**

C.M.V.  
Proc. Nº 2573/19  
Fls. 08  
Resp. \_\_\_\_\_

**PROJETO DE LEI**

**Revoga a Lei nº 5.313, de 14 de julho de 2016, que “declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueira (*Hevea brasiliensis*), existente na Avenida Gessy Lever.”.**

**ORESTES PREVITALE JUNIOR**, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** É revogada a Lei Municipal nº 5.313, de 14 de julho de 2016, que “declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueira (*Hevea brasiliensis*), existente na Avenida Gessy Lever.”.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,  
aos

**ORESTES PREVITALE JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**






**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

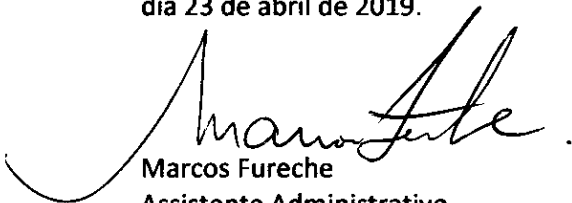
C. M. de VALINHOS

PROC. Nº 2573/19

FLS. Nº 09

RESP. 

À Comissão de Justiça e Redação,  
conforme despacho da Senhora  
Presidente em Sessão do  
dia 23 de abril de 2019.



Marcos Fureche  
Assistente Administrativo  
Departamento Legislativo

24/abril/2019



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2013/19
Fis. 10
Rubrica. *

Parecer nº 47/2019 – Procuradoria (Apoio Legislativo)

Assunto: Projeto de Lei nº 88/19 – Autoria Prefeito Orestes Previtalo Junior –  
“Revoga a Lei Municipal nº 5313/2016, que declara imune ao corte a árvores da espécie *Seringueria Hevea Brasiliensis*, existente na Avenida Gessy Lever”

**À Comissão de Justiça e Redação**

Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que  
“Revoga a Lei Municipal nº 5313/2016, que declara imune ao corte a árvores da espécie *Seringueria Hevea Brasiliensis*, existente na Avenida Gessy Lever” de autoria do Prefeito solicitado pela Comissão de Justiça e Redação.

Cumpre, primeiramente, destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passo a **análise técnica** do projeto em epígrafe solicitado.

A Mensagem nº 034/2019 que a proposição justifica-se tendo em vista a existência de um equívoco na Lei a ser revogada, para tanto fundamenta que :  
“Segundo vistoria realizada pela área técnica da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e posterior manifestação juntada ao expediente administrativo nº 14.304/2016, cópia em anexo, em verdade o indivíduo arbóreo lá existente é um *Ficus Elastica*, o que impõe a revogação da norma legal, por medida de ordem técnica e equívoco na sua elaboração, por não traduzir a verdade.”



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos	
Processo nº	1073/19
Fis	11
Rubrica	+

Primeiramente, no que se refere ao aspecto constitucional, legal ou jurídico, verifica-se que a matéria tratada no projeto de lei atende à Constituição Federal:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;"*

O conceito de interesse local encontramos na doutrina: *"Interesse local não é interesse exclusivo do Município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos munícipes. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da Administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-membro, como, também, não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos Municípios, como partes integrantes da Federação Brasileira. O que define e caracteriza o 'interesse local', inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União.(...) Concluindo, podemos dizer que tudo quanto repercutir direta e indiretamente na vida municipal é de interesse peculiar do Município, embora possa interessar também indireta e mediatamente ao Estado-membro e à União. O provimento de tais negócios cabe exclusivamente Município interessado, não sendo lícita a ingerência de poderes estranhos sem ofensa à autonomia local."* (MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Municipal Brasileiro, 16ª ed., Malheiros Editores, p. 111)

Nesse sentido temos o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 25-B/19
Fls. 12
Rubrica. *

**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.** Lei nº 2.866, de 21 de novembro de 2017 do Município de Itirapina, de iniciativa parlamentar, que "dispõe sobre as normas referentes ao plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica e dá outras providências". Vício de iniciativa. Inocorrência. Competência concorrente do Executivo e Legislativo para legislar sobre o tema. Limitação de iniciativa parlamentar que é prevista, **numerus clausus**, no texto constitucional, de forma que "não podem ser criadas novas restrições, isto é, novos casos de reserva de iniciativa do Executivo, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Norma vergastada que não cria ou estrutura qualquer órgão da administração municipal. Ausência de invasão, por outro lado, de matéria de alçada exclusiva do Alcaide, como são os atos de administração e gestão do Município elencados no artigo 47 e seus incisos, da Constituição Estadual. Precedentes da Corte Suprema e desta Corte. **Ação improcedente.**

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 2.866, de 21 de novembro de 2017 do Município de Itirapina, de iniciativa parlamentar, que "dispõe sobre as normas referentes ao plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica e dá outras providências".

Alega o autor que a norma invade a esfera de competência privativa do Chefe do Executivo e legisla sobre tema afeto à União, ofendendo os artigos 5º e 144 da Constituição Estadual e 22, I, da Constituição da República; acrescenta cuidar-se de determinações urbanísticas, sendo obrigatória a elaboração de plano diretor, ao teor do que dispõem os arts. 181 e 182 da Carta Paulista e o artigo 73 da LOM de Itirapina; diz que há, ainda, ofensa ao art. 5º do Ato de Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município na medida em que em se tratando de lei que dispõe sobre o uso e ocupação do solo, há necessidade de oitiva prévia das empresas concessionárias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2543/19
Fls 13
Rubrica

*Processada a ação, ingressou nos autos o d. Procurador Geral do Estado, manifestando desinteresse na defesa do ato impugnado (fls.210/211).*

*O Presidente da Câmara Municipal de Itirapina prestou suas informações, batendo-se pela constitucionalidade da norma guerreada (fls. 213/215).*

*Parecer da i. Procuradoria Geral de Justiça, pela improcedência do pedido. É o relatório.*

*Prima facie, cumpre esclarecer que a afronta a dispositivos da Constituição Federal ou da Lei Orgânica do Município de Itirapina não será aqui analisada, posto não ser suficiente a deflagrar o processo objetivo de controle de constitucionalidade, que deve ater-se ao ato normativo atacado e o parâmetro constitucional que, in casu, é estadual.*

*Portanto, eventual confronto direto da norma impugnada com a Constituição Federal será analisado dentro dos limites do artigo 144 da Constituição Bandeirante, que assim prevê: "Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição."*

*Superada esta questão, improcede a ação.*

*Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 2.866, de 21 de novembro de 2017 do Município de Itirapina, de iniciativa parlamentar, que tem o seguinte texto:*

*"DISPÕE SOBRE AS NORMAS REFERENTES AO PLANTIO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE JUNTO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

*(...)*

*Art. 1º Fica estabelecido que a partir da publicação da presente lei, a distância mínima para o plantio de árvores exóticas (eucaliptos, pinus, etc) e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de vinte metros, em relação ao eixo da mesma.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2543/19
Fis 14
Rubrica +

*Parágrafo Único - O proprietário poderá, nesta área de recuo, plantar vegetação rasteira, árvores frutíferas e outras culturas com até 2 metros de altura ou realizar pastagem.*

**Art. 2º** *As árvores mencionadas no artigo anterior que estiverem plantadas e não obedecerem a distância mínima permitida, deverão ser cortadas por seus proprietários.*

*Parágrafo Único - As árvores nativas existentes que estiverem dentro dos limites da presente Lei, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.*

**Art. 3º** *O desrespeito à presente Lei acarretará aos responsáveis pelo plantio das árvores o pagamento por todo e qualquer dano que por ventura ocorrer devido a queda ou outro problema ocasionada pela árvore plantada.*

**Art. 4º** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."*

*O autor alega invasão à esfera de competência privativa do Chefe do Executivo e diz que a Câmara legisla sobre tema afeto à União, ofendendo os artigos 5º e 144 da Constituição Estadual e 22, I, da Constituição da República; acrescenta cuidar-se, de outra banda, de determinações urbanísticas, sendo obrigatória a elaboração de plano diretor, ao teor do que dispõem os arts 181 e 182 da Carta Paulista.*

*Sem razão, contudo.*

*Não se verifica o vício de iniciativa alegado, na medida em que não se trata aqui, de tema de competência reservada ao Chefe do Poder Executivo, constante do rol de iniciativas previstas no artigo 24, § 2º, ns. 1 e 2, da Constituição Federal, aplicável aos Municípios por força do artigo 144 da Carta Bandeirante.*

*Neste sentido, aliás, o C. Supremo Tribunal Federal, na oportunidade do julgamento da Repercussão Geral no RE 745.811/PA, Relator Ministro GILMAR MENDES, deixou assente que:*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2533/19
Fis 15
Rúbrica

*“- A disciplina jurídica do processo de elaboração das leis tem matriz essencialmente constitucional, pois residem, no texto da Constituição e nele somente -, os princípios que regem o procedimento de formação legislativa, inclusive aqueles que concernem ao exercício do poder de iniciativa das leis.*

*- A teoria geral do processo legislativo, ao versar a questão da iniciativa vinculada das leis, adverte que esta somente se legitima considerada a qualificação eminentemente constitucional do poder de agir em sede legislativa - se houver, no texto da própria Constituição, dispositivo que, de modo expresse, a preveja.*

*Em consequência desse modelo constitucional, nenhuma lei, no sistema de direito positivo vigente no Brasil, dispõe de autoridade suficiente para impor, ao Chefe do Executivo, o exercício compulsório do poder de iniciativa legislativa.*

*O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE LEI FORMAL TRADUZ LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL DO ESTADO A reserva de lei constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não legislativos.*

*Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundado na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador. (MS 22.690, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ 7.12.2006) (grifei)*

*A matéria atinente à limitação de iniciativa parlamentar é prevista, numerus clausus, no art. 61 do texto constitucional, de forma que não podem ser criadas novas restrições, isto é, novos casos de reserva de iniciativa do Executivo, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 253/19
Fis 16
Rubrica

*Consoante se verifica dos autos, a norma vergastada não cria ou estrutura qualquer órgão da administração municipal; “não foram criados cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou determinado o aumento de sua remuneração, nem mesmo criado, extinto ou modificado órgão administrativo, ou sequer conferida nova atribuição a órgão da administração pública, a exigir iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo. Em síntese, nenhuma das matérias sujeitas à iniciativa legislativa reservada do Chefe do Poder Executivo, contidas no art. 61, § 1º, da Constituição, foi objeto de positivação na norma. Sendo assim, não se verifica a ocorrência de vício formal de inconstitucionalidade do diploma legislativo por ter emanado de proposição de origem parlamentar, nem interferência nas atividades próprias do Poder Executivo”*

*Igualmente não se há falar de invasão a matéria de alçada exclusiva do Alcaide, como são os atos de administração e gestão do Município elencados no artigo 47 e seus incisos, da Constituição Estadual, nestes termos:*

**Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:**

*(...)*

*II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;*

*(...)*

*XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;...”*

*A lei impugnada, em verdade, cuidou de tema de interesse geral do Município, pertinentes ao uso e ocupação do solo, o que se insere, sem sombra de dúvida, na competência concorrente entre os poderes Executivo e Legislativo. Neste sentido, aliás, já decidiu este C. Órgão Especial, em inúmeras ocasiões, o que se pode conferir através dos seguintes julgados:*





# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2513/19
Fis. 17
Rubrica *

**“Ementa:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE I. AUSÊNCIA DE PARAMETRICIDADE Controle abstrato de constitucionalidade que somente pode se fundar na Constituição Estadual Análise restrita aos dispositivos constitucionais estaduais invocados II. VÍCIO DE INICIATIVA Lei Municipal n. 838, de 12 de maio de 2016, que "dispõe sobre a obrigatoriedade, pelos empreendedores de loteamentos, do plantio de árvores antes do início da venda de lotes, e dá outras providências" Legislação que não interfere na gestão administrativa do Município Inexistência de vício de iniciativa Regra de polícia administrativa imposta a todos, indistintamente Criação de obrigação que não implica inconstitucionalidade Ação julgada improcedente (ADI 2173432-70.2016.8.26.0000 , Rel. MOACIR PERES, j. em 22/03/2017).”

**Ementa:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI 11.169, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, DO MUNICÍPIO DE SOROCABA QUE ESTABELECEU POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES A ESPÉCIE EXÓTICA INVASORA "LEUCENA" POR ESPÉCIES NATIVAS DO MUNICÍPIO COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AMBIENTAL À LUZ DO ART 193, INCISO XVII, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - EXISTÊNCIA DE LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE ARBORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, INCLUSIVE JÁ ESTABELECENDO COMO ENFRENTARÁ O MUNICÍPIO AS DESPESAS PARA EXECUÇÃO DO CITADO PLANO (LEI MUNICIPAL Nº 10.521, DE 17 DE JULHO DE 2013) QUE INCLUI, EVIDENTEMENTE, O PROGRAMA INSTITUÍDO PELA LEI ORA ATACADA QUE REMETE EXPRESSAMENTE À FONTE DE CUSTEIO (§ 1º, DO ARTIGO 1º) AÇÃO IMPROCEDENTE. (ADI 2039269-56.2016.8.26.0000, Rel. FERRAZ DE ARRUDA, j. em 15/06/2016). (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2000281-92.2018.8.26.0000)

Destarte a Mensagem ainda asseverou o que deve ser observado pela

Câmara:



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2543/19
Fis 18
Rubrica +

*“Os indivíduos arbóreos da espécie Ficus Elastica não necessitam de prévia autorização para corte, por se tratar de espécime exótica, cabe ressaltar que a aplicação do referido diploma legal ensejaria a ocorrência de atos ilegais, conseqüentemente inconstitucionais, na medida que protegem espécime diferente do que se encontra plantado no local apontado pelo autógrafo nº 66/2016, de autoria desta Egrégia Casa de Leis.*

*Nada impede que referido exemplar de Ficus Elastica seja objeto de projeto de Lei específico que o torne imune ao corte, para isto, entretanto, o autógrafo proveniente desta Casa deve basear sua justificativa nos termos previstos no art. 15 da Lei Municipal nº 3.868/2004, (localização, raridade, antiguidade, interesse histórico, científico, paisagístico ou porta sementes), o que de fato não ocorreu no Autógrafo nº 66/2016.”*

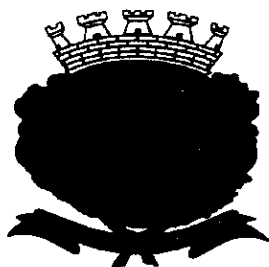
Por fim, no que tange à forma o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98.

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, a proposta reúne condições técnicas de legalidade e constitucionalidade, quanto ao mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.

É o parecer.

DJ, aos 10 de maio de 2019.

**Aline Cristine Padilha**  
Procuradora OAB/SP nº 167.795



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal de Valinhos
Processo nº 2513/03
Fis 19
Rubrica +

## Comissão de Justiça e Redação

### Parecer ao Projeto de Lei nº 88/2019

**Ementa do Projeto:** Revoga a Lei Municipal nº 5.313/2016, que declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueira (Hevea Brasiliensis), existente na Avenida Gessy Lever.

**Parecer:** Esta Comissão analisou o referido Projeto quanto à sua Constitucionalidade, Legalidade e Redação e dá o seu **PARECER** da seguinte forma:

Valinhos, 17 de junho de 2019

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Luiz Mayr Neto	(X)	( )
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	(X)	( )
 Ver. Gilberto Borges	( )	( )
 Ver. André Amaral	(X)	( )
 Ver. Roberson Costalonga Salame	(X)	( )

Obs: Parecer jurídico FAVORÁVEL.

LIDO NO EXPEDIENTE EM SESSÃO DE 18/06/19

PRESIDENTE  
Dalva Dias da Silva Berto  
Presidente



C.M.V.  
Processo 2573/19  
20  
02

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 25,06,19  
PRESIDENTE  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente

APROVADO EM.....19..... DISCUSSÃO,  
POR ...11... VOTOS EM SESSÃO DE 25,06,19  
PRESIDENTE  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente

PARA ORDEM DO DIA DE 13,08,19  
PRESIDENTE  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente

APROVADO EM.....25..... DISCUSSÃO,  
POR ...12... VOTOS EM SESSÃO DE 13,08,19  
PRESIDENTE  
Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente

Segue Autógrafo nº 115, 19

Daiva Dias da Silva Berto  
Presidente



C.M.V.  
Proc. Nº 2593/19  
Fls. 21  
Resp. 01

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 88/19 - Mens. n.º 34/19 - Autógrafo n.º 115/19 - Proc. n.º 2.573/19 - CMV

## LEI Nº

*Processo 16108/2019*

**Revoga a Lei nº 5.313, de 14 de julho de 2016, que “declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueria (Hevea brasiliensis), existente na Avenida Gessy Lever”.**

*Vanderley Berteli Mario*  
Departamento Técnico Legislativo  
Diretor

**ORESTES PREVITALE JÚNIOR**, Prefeito do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** É revogada a Lei Municipal nº 5.313, de 14 de julho de 2016, que “declara imune ao corte a árvore da espécie Seringueria (*Hevea brasiliensis*), existente na Avenida Gessy Lever.”.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura do Município de Valinhos,  
aos**

**ORESTES PREVITALE JÚNIOR  
Prefeito Municipal**



C.M.V.  
Proc. Nº 2573/19  
Fls. 22  
Resp. 02

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 88/19 - Mens. n.º 34/19 - Autógrafo n.º 115/19 - Proc. n.º 2.573/19 - CMV

fl. 02

**Câmara Municipal de Valinhos,  
aos 13 de agosto de 2019.**

  
**Dalva Dias da Silva Berto**  
**Presidente**

  
**Israel Scupenaro**  
**1.º Secretário**

  
**César Rocha Andrade da Silva**  
**2.º Secretário**